

POR QUE CHORAM OS BEBÊS? AS INTERPRETAÇÕES E AS AÇÕES DE PROFESSORAS DE CRECHES DIANTE DO CHORO INFANTIL

CATARINA CARNEIRO GONÇALVES

UFPE - CE

SUZANA KARLA CAETANO DE SÁ

UFPE - CE

WILLIANNE SILVA DE MELO

UFPE - CE

RESUMO

As creches se constituem como instituições de Educação Infantil, tendo, portanto, a função de cuidar e educar bebês e crianças bem pequenas. Reconhecendo que nessa etapa - primeiríssima infância – ocorre questões importantes relacionadas ao autoconhecimento e as interações sociais, compreendemos urgente entender como ocorre a construção de vínculo entre educadoras e crianças, reconhecendo o choro infantil como linguagem primordial das crianças entre 0 e 3 anos. Deste modo, nos interessou compreender como as educadoras de creche interpretam os choros dos bebês no espaço institucional e reagem em relação a esse choro. Realizamos, para isso, uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, envolvendo 15 educadoras de creche da região metropolitana do Recife. Os resultados apontam para o fato de que as educadoras compreendem o choro como a linguagem mais presente entre os bebês. Entretanto, ainda há um desconhecimento de que diferentes choros descrevem diferentes necessidades (afetivas, físicas etc.) e, ainda, formas mais eficazes de lidar com esse choro. Enxergando a importância de um trabalho consistente em relação ao atendimento dos choros infantis faz-se necessário um maior aprofundamento das formas de comunicação com bebês e a relevância da construção de vínculos afetivos sólidos capazes de favorecer a conquista da autonomia entre bebês.

Palavras-Chaves: Creches; Choro; Educadoras de Creche; Vínculo; Autonomia.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, quando pensamos nos espaços de socialização das crianças pequenas, encontramos as famílias como as instituições de socialização primárias, nas quais, de modo geral, as mulheres assumem a função principal de cuidar e educar crianças. Entretanto, muitos infantes não possuíam (ou ainda não possuem), famílias nas quais podem ser cuidadas, educadas e amparadas e, portanto, as creches surgem na história da educação muito atreladas a substituição temporária das famílias nos cuidados iniciais com as crianças pequenas, sendo direcionadas, num primeiro momento, aos meninos e meninas órfãos ou abandonados (AGUIAR, 2001).

Compreendendo a função social de cuidar de crianças que poderiam, pela vulnerabilidade, apresentar problemas sociais, as primeiras creches assumem função puramente assistencialista, servindo de tutela para as crianças. Seu surgimento é, ainda, influenciado pela revolução industrial que, no século XVIII convoca o aumento da mão de obra, inserindo de forma cada vez mais intensa, as mulheres no mercado de trabalho. Com a saída das mulheres dos lares, o cuidado integral da criança passou a ser compartilhado, inicialmente, com outros membros da família e, mais tarde, com as creches que se dedicavam a auxiliar mulheres que precisavam trabalhar fora de casa.

No Brasil, entretanto, em função da predominância econômica agrícola, temos na promulgação da Lei do Ventre Livre uma forte influência para o surgimento e ampliação da oferta das creches. Isso porque, como destaca Kuhlmann Jr. (2007), a libertação de filhos das escravas trazia problemas para as senhoras de engenho que precisavam de espaços nos quais ficassem os filhos de suas escravas que ainda não eram libertas.

Percebe-se, portanto, que no Brasil e no mundo as primeiras creches foram criadas como espaços de caridade e tutela e tinham vinculação à assistência social, pois recebiam crianças abandonadas ou, ainda, àquelas cujas mães não podiam se responsabilizar pelos cuidados em função de outras atividades laborais, normalmente, crianças pobres. Desse modo, considerando o viés da assistência, cabia às creches, apenas, o trabalho de alimentar, higienizar e dar segurança física às crianças na ausência de cuidadores familiares ou na ausência de espaços seguros nos quais pequenos e pequenas pudessem ficar.

Além do caráter da vulnerabilidade social outro fator que contribuiu para construção das creches como espaços de assistência era a própria

concepção de criança e infância que marcava a época. A criança não era vista, neste contexto, como um sujeito ativo, protagonista e de direitos, com desejos e necessidades específicas. Logo, esses lugares eram vistos, apenas, como instituições de caridade e cuidado para atender crianças na ausência da mãe, sem que houvesse uma intencionalidade pedagógica.

Em função do desenvolvimento industrial e comercial vivido pelo Brasil e conseqüente inserção feminina no mercado de trabalho, configurou-se uma forte necessidade de criação e manutenção de locais onde as crianças, filhas de operários, pudessem ficar durante o período em que seus pais se dedicavam ao trabalho. Contudo, a omissão do Estado em assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das creches fez com que essas instituições sofressem discriminação e, sobretudo, fez com que a creche ficasse durante anos envolta em um nebuloso conceito de assistencialismo, o que impossibilitou a construção de uma identidade bem definida e bem estabelecida não somente para a instituição, mas também para seus funcionários (SPADA, 2005, p. 02).

Oliveira (2010), aponta que essa identidade nebulosa descrita por Spada (2005) começa a sofrer uma pequena modificação após o golpe militar de 1964, influenciado pela percepção de que havia nas creches privação cultural para as crianças de baixa renda. A partir de então, foi iniciado um pequeno processo de ressignificação desses espaços, que passaram a adotar, mesmo que timidamente, atividades pedagógicas com a intenção de preparar as crianças de baixa renda para o ingresso na escola. Vale destacar, como pontua Aguiar (2001, p.33) que as creches, ainda nessa época, continuaram com um caráter predominantemente assistencialista, o que, para essa autora, se caracterizava pela realização de “atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir, minimamente, a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração”.

Apenas em torno dos anos 80, o Movimento de Luta por Creches, liderado por mulheres trabalhadoras, passou a reivindicar o direito garantido em relação a esse espaço e a melhoria da qualidade do serviço prestado. Além desse movimento, a luta pelas creches contou com o apoio das pautas feministas e outros movimentos sociais que passaram a reivindicar do Estado outras formas de oferta para as creches. Dentre as defesas estavam o argumento de que as creches eram direito dos trabalhadores e das crianças demandando, portanto, a construção de novas perspectivas que

direcionassem os trabalhos das creches às especificidades das crianças pequenas (AGUIAR, 2001).

Em paralelo às lutas sociais, novas perspectivas epistemológicas sobre infância começam a se configurar no debate acadêmico, destacando a infância como um espaço/tempo singular do desenvolvimento humano. Essas reconfigurações influenciaram, diretamente, o texto constitucional de 1988, de modo que a Constituição da República Federativa do Brasil previu, pela primeira vez num documento legal, a oferta das creches como direito das crianças e o papel do Estado na oferta.

Outro marco legal foi a promulgação da Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo texto estabeleceu o atendimento aos menores de idade como um direito social, delimitando a idade entre 0 a 3 anos para creches e de 4 a 5 anos para pré-escolas; reforçando o caráter educacional dessas instituições que passaram a ser consideradas como Educação Infantil (GUIMARÃES, 2011).

Essa redefinição do modelo de creche, instaurou regras para a normatização e conseqüente readequação da oferta e dos profissionais que trabalham nestes espaços. Com isso, passou a ser exigida a necessidade de professores com formação adequada para a função, sendo o mínimo de magistério em nível médio. Além disso, a institucionalização das creches trouxe mudanças significativas no trabalho cotidiano deste ambiente educacional, caracterizando este espaço como lócus de desenvolvimento, socialização e a aprendizagem dos bebês que precisam ser, simultaneamente, cuidados e educados.

Doravante, é esta perspectiva que passa a circundar a legislação em torno das creches no Brasil, de modo que em 1998 os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) defendeu o argumento de que é necessária em toda Educação Infantil a elaboração de propostas educacionais que articulem as concepções sobre criança ativa, educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de maneira explícita.

Na década seguinte as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009, p.12), reforçaram a função sociopolítica e pedagógica das creches, rompendo o caráter meramente assistencialista. Ademais, o referido documento destacou a concepção de criança como produtora de saberes, sendo reconhecida como “sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva”. Justo por isso, as diretrizes indicaram a necessidade de que as creches articulem as

experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, promovendo o desenvolvimento integral de crianças pequenas.

Mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) defendeu para essa etapa da educação o protagonismo das crianças e assegurou o cuidar e educar como indissociáveis e centrais ao desenvolvimento infantil, ocorridos através dos Campos de Experiências e dos Direitos de Aprendizagem.

Reconhecendo então que, na contemporaneidade, as creches constituem uma etapa da Educação Infantil e que essa instituição tem por função primordial cuidar e educar através das interações e brincadeiras, é preciso compreender que as instituições dedicadas às crianças entre 0 e 3 anos precisam se configurar como lócus educativo, proporcionando aos bem pequenos experiências diversas para o pleno desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo, linguístico, ético, estético, moral, social, relacional e cultural.

Para isso, consideramos muito importante pensarmos a respeito da comunicação que ocorre entre bebês e educadores nas creches, considerando, sobretudo, que os bebês têm uma forma própria de se comunicar com as outras pessoas:

Partimos de uma definição de bebês como atores sociais competentes e protagonistas em seus processos de aprendizagem; que agem intencionalmente; que compartilham experiências; que fazem escolhas e que demandam interação com adultos e com seus pares, o que modifica suas próprias ações no decorrer das relações estabelecidas cotidianamente. (MÜLLER et al., 2018, p. 118)

Reconhecendo o papel social das creches, destacamos ser muito importante a construção de vínculos nestes espaços, a fim de favorecer positivas percepção identitária nos bebês. Dessa o interesse que norteou a construção desse estudo, sendo ele: compreender como as professoras de creche interpretam e correspondem ao choro dos bebês. Isso porque os bebês têm uma forma própria de comunicação. Eles interagem por meio do olhar, dos gestos, do toque e, também, do choro. O choro é uma importante linguagem do bebê, sendo através dessa comunicação que ele transmite os seus sentimentos, necessidades e emoções. O choro é, portanto, o elemento de comunicação mais primário no bebê, sendo uma chamada vocal que o conecta ao mundo dos adultos.

Na creche, esse choro ganha uma conotação própria e pode significar muitas coisas, sendo interpretado pelos adultos de diferentes maneiras: manha ou carência de colo, o que, infelizmente, é visto como algo “proibido” e que demanda atenção, pois esse colo é associado ao cuidado familiar, pertinente à casa (Guimarães, 2011).

Compreendendo que esta é uma das formas equivocadas através das quais o choro pode ser interpretado em creche, direcionamos o olhar desta pesquisa para a comunicação do bebê com as educadoras, manifesta via choro e atenção/resposta a ele. Dessas reflexões surgiu, então, nosso problema de pesquisa, cuja questão central é: **quais as interpretações feitas pelos/as educadoras de creche a respeito do choro dos bebês?**

Desta questão central surgiram os objetivos de pesquisa, sendo o Geral: **Compreender como as educadoras de creche interpretam os choros dos bebês no espaço institucional e reagem em relação a esse choro.** Reconhecendo a complexidade deste objetivo derivaram-se os específicos, sendo eles: **Conhecer como as educadoras de creche interpretam o choro dos bebês; analisar a relação entre a interpretação que as educadoras fazem dos choros dos bebês e as ações que realizam em relação a ele e, ainda, refletir sobre as ações das educadoras de creche em relação ao choro dos bebês.**

Para tanto, discutiremos sobre as creches e suas funções sociais, as relações estabelecidas entre adultos e bebês neste espaço e, ainda, o lugar do choro como elemento central da comunicação nos espaços institucionais.

2. O CHORO DOS BEBÊS NOS ESPAÇOS DE CRECHES: MÚLTIPLOS SENTIDOS

O bem-estar do bebê em espaços de creche é um elemento fundamental para que ele tenha um desenvolvimento saudável. Assim, avançar em estudos que possam nos apontar mediações diante do choro contribui para a construção de um arcabouço teórico e metodológico que favoreça a compreensão de formas mais assertivas de construção relacional entre os adultos e os bebês que repercutam positivamente em relação ao desenvolvimento infantil.

2.1 - OS BEBÊS E A LINGUAGEM DO CHORO

Na creche, o bebê experimenta o contato com outros bebês e com adultos por um prolongado tempo, posto que nestes espaços, de modo geral, o atendimento é em tempo integral. Essas vivências desencadeiam uma forma complexa de comunicação entre o bebê, o cuidador e outros bebês. Por meio dessas interações, que vão além da linguagem verbal, o bebê se comunica através do olhar, dos gestos, do sorriso, e, também, do choro.

As primeiras experiências relacionais na creche são muito importantes, servindo de tapete afetivo no qual os bebês pisarão durante todas as suas experiências futuras. Sobre isso, Piaget (1987) chama atenção para o fato de que o ambiente no qual o bebê está inserido é estruturante para o desenvolvimento infantil, visto que os reflexos iniciais, desde muito cedo, deixam de ser automáticos e assumem um caráter sistematizado. Desse modo, a partir de uma perspectiva piagetiana do desenvolvimento, podemos compreender que as relações iniciais entre adultos e crianças serão fundamentais para que os pequenos e as pequenas construam suas primeiras percepções de mundo, compreendendo, por exemplo, se o mundo é carinhoso ou hostil, receptivo ou negligente (DE VRIES; ZAN, 1998).

Considerando que a frequência sistemática nas creches ocorre quando as crianças ainda são bem pequenas, percebe-se que o adulto influencia, em grande parte, na construção do ambiente sociomoral, posto que é ele quem estabelece a rotina, constrói as regras e garante o cumprimento das normas. É o adulto, também, quem favorece, intermedia e orienta as relações criança-criança, atuando, diretamente, em todos os elementos que constituem o ambiente sociomoral na escola de crianças bem pequenas.

É, ainda este adulto, o sujeito que se tornará de referência para os bebês que, conforme bem destaca Madalena Freire (1999), ainda não possuem recursos mentais apropriados para enfrentarem, sozinhos, a separação dos pais. Somado a isso, há de se considerar que os bebês possuem poucas relações de troca sistemática com outros bebês, de modo que é o adulto quem constitui com as crianças a maior parte das trocas relacionais. Justamente por isso, estudar a relação dos bebês com os adultos constitui-se como algo muito relevante, reconhecendo que essas experiências relacionais terão forte influência na constituição do self das

crianças e o choro assume um papel importante no seio da comunicação adulto-criança.

Para Oliveira e Neves (2018),

O choro, como manifestação das vivências dos bebês em um contexto coletivo, unifica o biológico, o social e o cultural, afetando as pessoas ao redor desses bebês. Ele engendra a possibilidade da tomada de consciência dos adultos (provocando, ou não, transformações em suas práticas educativas) e dos bebês que são afetados pelo próprio choro e pelo choro dos outros bebês. (OLIVEIRA; NEVES, 2018, p. 93)

Oliveira e Neves nos chama atenção para o fato de que o choro das crianças afeta diretamente o desenvolvimento delas. Entretanto, infelizmente, quando consideramos o choro infantil, ainda não encontramos uma ampla concepção nos espaços institucionais de que ele seja a linguagem primordial das crianças bem pequenas e a manifestação de suas emoções, necessidades e experiências.

Não se compreende, ainda, que “os sentimentos, interesses e valores das crianças bem pequenas são instáveis e tendem a não ser conservados de uma situação para outra” (DE VRIES; ZAN, 1998, p. 52). Isso significa dizer que elas não aprenderão determinada questão porque foram deixadas chorando, posto que não possuem, ainda, a possibilidade de conservar experiências.

Isso ocorre, sobretudo, porque a criança nessa fase do desenvolvimento, conforme Piaget e Inhelder (2020), representa o mundo sem capacidade de conservação. Desse modo, a mãe ou outro cuidador (como as professoras de creche) dificilmente serão simbolizadas sem que estejam presentes e o choro pode ser, inclusive, a anunciação da falta desse adulto estruturante à segurança necessária ao desenvolvimento do bebê.

Infelizmente, contrário ao que nos dizem os estudos sobre desenvolvimento infantil, muitas vezes, equivocadamente, as educadoras de creche não conseguem ler os gestos e as reações das crianças em situações de choro e assumem ideias errôneas de que a criança é mal acostumada, chorona ou acostumada apenas com o colo (FREIRE, 1999). Quando isso ocorre, Melchiori e Alves (2004) relatam que as professoras de creche não atendem ao choro, acreditando estarem agindo de modo educativo para que as crianças possam crescer de forma autônoma.

A importância dada ao choro se refere ao fato de que ele é a linguagem primordial do bebê, precedendo a conquista da competência sólida

da linguagem oral e, ainda, acompanhando-a durante os anos iniciais da criança, sendo, portanto, a primeira maneira como estabelecem comunicação com os adultos e outras crianças. Dados de pesquisa coletados por Melchiori e Alves (2004) evidenciam que conforme o bebê vai ficando mais velho, os profissionais das creches tendem a achar que o choro deixa de ser por necessidades primárias, tais como sono, fome e dor e assumem um caráter mais diverso relacionado a comunicação de emoções.

Sobre isso, Melchior e Alves (2004) definem que o choro dos bebês ocorre por necessidades primárias, as quais elas delimitam o sono, a fome, a dor, o mal-estar, o frio e o calor; e por necessidades diversas relacionadas a outras demandas infantis.

Deste modo, o choro comunica as necessidades iniciais primordiais para uma criança, atuando, inclusive, na sobrevivência, saúde e no desenvolvimento dela. Nesta perspectiva o choro é visto como comunicação, representando sinal de algum desconforto momentâneo pela qual o bebê está passando. Isso ocorre, como destacam Piaget e Inhelder (2020), porque há entre bebês falta de linguagem oral e de função simbólica, o que faz com que eles apoiem suas percepções de mundo apenas em suas experiências sensório-motoras. Desse modo, a forma como adultos reagem ao choro faz com que bebês sejam capazes de construir suas percepções a respeito do mundo, entendendo o funcionamento das relações sociais e o atendimento de suas necessidades.

Para bebês que já conseguem expressar oralmente algumas de suas necessidades, ainda há a presença do choro como linguagem, pois a construção do pensamento completo não ocorre de forma correlata à conquista dos primeiros vocábulos. É preciso maturação neuronal, consolidação do autoconhecimento e riquezas de experiências sociais e relacionais para que a criança consiga colocar em palavras o que deseja/sente, como por exemplo, o sentimento de frustração, na qual o choro é seu ápice. Para Baeck (2006), a frustração começa a ser experimentada por volta dos seis meses de idade, sendo algo forte para o bebê, que não possui ainda vocabulário e autoconhecimento capaz de expressar, evidenciando suas emoções negativas via choro.

Quando nos propomos a observar o choro devemos prestar atenção ao comportamento de apego do bebê, já que é este choro que aproxima o bebê da mãe ou de outros cuidadores. Assim, a forma como o adulto responde ao choro e a maneira que o bebê se comporta a partir daí estão interligados. Ou seja, quanto mais afetivamente se atende a esse choro, maior o envolvimento, a interação e a construção de vínculo com esta

criança. Para tanto, é importante considerarmos que nossa maneira de lidar e de agir diante do choro é algo que vai delineando as interações e logo, o desenvolvimento e a construção das identidades dos bebês.

Na creche, em específico, o choro também abrange uma dimensão cultural. Neste espaço coletivo, o choro mobiliza o adulto a reagir diante da situação estabelecendo algum tipo de interação, seja pegando no colo, com atenção a possível causa do choro; seja conversando com o bebê para que se sinta acolhido ou, ainda, preterindo a chamada da criança. A partir dessas interações, observamos como os adultos reagem diante do choro da criança, e de que forma esse comportamento desencadeia em ações práticas para responder ao choro. Como explica Ferreira (2018):

“Em relação ao choro, sabe-se que a ele são atribuídos sentidos diversos a depender de quem está com o bebê e em que contexto. Esses sentidos vão sendo dados nos parâmetros da cultura em que estão inseridos. Inclusive, décadas atrás e em algumas perspectivas teóricas e práticas e em culturas diversas, a ordem era não responder ao choro para extingui-lo.” (Ferreira, 2018, p. 115)

O choro é, portanto, linguagem, sendo signo sonoro através do qual a criança vai mobilizando o adulto para intervir com ações que podem ser acolhedoras ou não. As reações adultas diante do bebê que chora são marcadas, em grande medida, pelo artefato cultural que se instaura nas creches, demarcando nas educadoras formas de ser e estar diante do choro.

2.2 RELAÇÃO ADULTO-BEBÊ E AS IMPLICAÇÕES DESSA RELAÇÃO

Na creche, a relação adulto-bebê é cerceada pela rotina. A rotina estabelece um tempo de cuidado com cada criança durante vários momentos do dia, seja no banho, na refeição, no sono ou na brincadeira. Essas ações são acompanhadas por gestos marcados por algum tipo de afetividade e atenção, como conversar com o bebê na troca de fralda.

Infelizmente, muitas vezes a criança ainda é reconhecida, neste espaço, como objeto de tutela, com foco voltado às práticas de cuidado (higiene e alimentação). Para romper com essa visão histórica e distorcida das creches faz-se necessário construir o significado de criança enquanto sujeito de direitos, cuja experiência deveria estar centrada nas suas emoções (MONÇÃO, 2016).

À medida que tiramos o cuidado de uma dimensão instrumental, de disciplinarização e controle dos corpos, para colocá-lo na esfera da existencialidade, ele contribui na concepção de educação como encontro da criança com o adulto, num sentido de diálogo, abertura e experiência compartilhada. (GUIMARÃES, 2011, p. 48)

Humanizar as relações na creche é fundamental para garantir os direitos das crianças pequenas, reconhecendo a dimensão ética do cuidado que se sustenta na afetividade e no vínculo construído com bebês e crianças pequenas. Cuidar é uma ação que envolve disponibilidade e responsabilidade em relação ao outro, envolve se dirigir ao outro com atenção e respeito a dignidade que lhe é direito desde que nasce.

Embora o ritmo da creche tenha um movimento próprio, por vezes acelerado para mobilizar os professores e auxiliares a corresponder às demandas normais e imprevistas que surgem no cotidiano, a qualidade do atendimento oferecido ao bebê dará sentido a subjetividade infantil. Por isso, é necessário que o cuidado esteja associado a uma postura de atenção e disponibilidade, capaz de favorecer a segurança do bebê nestes espaços (Guimarães, 2011).

Na primeira infância essa questão dos afetos é, ainda mais, importante. Isso porque é nesta etapa que ocorre o processo de construção de personalidade, através da relação da criança com o adulto, criando tom e forma para as relações que cada sujeito irá estabelecer ao longo da vida. Como menciona Anna Tardos (1992) a relação estabelecida entre o adulto e o bebê é fundamental para que a criança seja autônoma. Isso porque ela precisa se sentir segura, e esse sentimento de segurança é o que torna o desenvolvimento da autonomia algo possível.

Por exemplo, uma criança pequena que se sente segura para experimentar o mundo ao seu redor, lida com maior possibilidade de experimentar autonomia, conseguindo fazer escolhas, avaliar seus sentimentos e traçar metas para atingir seu objetivo, como, por exemplo: quando ela sente tédio é capaz de imaginar uma nova brincadeira e brincar modificando o ciclo. Saber o equilíbrio entre incentivar a autonomia da criança e a dependência dela para conosco é fundamental a fim de garantir a segurança e o desenvolvimento pleno dos pequenos.

Um aspecto relevante desta autonomia, preconizada nos espaços de creche, está diretamente relacionada a compreender que esta criança não é apenas um ser que precisa dos cuidados do adulto, mas que pode desenvolver sua autonomia a partir das suas necessidades em relação ao

mundo. Portanto, cabe ao adulto a construção dessa relação baseada no respeito às manifestações das emoções da criança, incluindo o acolhimento nos momentos de choro (Tardos, 1992).

A ética do cuidado propõe um olhar direcionado ao outro, que considere as subjetividades e as singularidades de cada criança. Nesse sentido, é adequado afirmar que o papel do educador é potencializar o desenvolvimento da criança por meio das suas próprias capacidades e que o cuidar e o educar são aspectos integrados nesta construção, de modo que a afetividade pode ser um caminho exitoso no trabalho com crianças.

Neste sentido, para cuidar e educar é preciso desacostumar o olhar da rotina que, de forma acrítica, apenas reproduz uma série de fatos e tempos no cotidiano, permitindo que as crianças atuem e protagonizem experiências, sendo possível se deixar envolver pela possibilidade do encontro. Quando esse cuidado atinge uma dimensão ética, que se sobrepõe apenas ao atendimento das necessidades básicas dos bebês, mas que percebe no choro da criança uma possibilidade de comunicação e de respeito às emoções, têm-se a dimensão ética como central à formação educativa (GUIMARÃES, 2011).

Compreendendo então o afeto como central, nos debruçamos sobre os saberes de educadoras de creche, buscando entender como elas significam o choro e o reconhecem como a linguagem própria dos bebês e crianças bem pequenas. O caminho trilhado neste processo será apresentado a seguir.

3. METODOLOGIA

Utilizamos a pesquisa de abordagem qualitativa, pois assim como Minayo (2001, p. 21), acreditamos que “ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Como perspectiva metodológica fizemos a opção pelo tipo de investigação do tipo exploratória, na qual foi realizada uma investigação que buscou compreender como as professoras de creches municipais da prefeitura do Recife interpretam os choros dos bebês no espaço institucional e reagindo ao choro.

A pesquisa do tipo exploratória se justifica considerando a escassez de trabalhos em torno do choro de bebês, sobretudo quando se considera os ambientes educacionais. A este respeito Santos (2012) reforça a pouca produção neste campo epistemológico, destacando que apenas sete trabalhos foram localizados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sendo todos no campo das desordens neurológicas e fonoaudiológicas.

Quando buscado em outras plataformas, Santos (2012) destaca, ainda, a localização de apenas três estudos no Scielo - todos na área médica - e nenhum estudo divulgado no site da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Assim, reconhecendo a tímida produção, faz sentido adentrar na exploração de um campo pouco analisado.

Os sujeitos da pesquisa foram educadoras que atuam em creches municipais da região metropolitana do Recife, e o critério para participação neste estudo foi a disponibilização voluntária. Esta etapa de localização dos sujeitos foi muito desafiadora, posto que em período pandêmico as creches não estavam com trabalho presencial, dificultando a localização das docentes. Assim, conseguimos contatos de escolas e, através das gestoras, contactamos as docentes através do aplicativo de WhatsApp, explicando os objetivos do estudo, convidando a participação e enviando os formulários eletrônicos nos quais estavam os questionários.

Utilizamos, como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário sendo este “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS, 2003, p.201).

A importância do questionário, de acordo com Gil (2008) se deve ao fato de que

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.121)

Assim sendo, a escolha do questionário como método de coleta de dados para a presente pesquisa ocorreu em função da pandemia do Covid-19, que atingiu o mundo no começo de 2020 e que influenciou diretamente no rumo que tomamos, pois o questionário possibilitou um contato à distância, garantindo que os pesquisados pudessem participar da pesquisa mesmo não estando nas escolas. O envio dos formulários foi realizado através da plataforma do Google forms, sendo respondido de modo virtual.

Quanto à estrutura, o questionário foi composto por uma parte introdutória na qual estavam contidas as informações pessoais dos

entrevistados e uma segunda parte composta por cinco perguntas em torno das concepções a respeito do choro infantil.

Primeiramente gostaríamos de saber como elas entendem os choros dos bebês, buscando perceber se havia compreensão de que ele é linguagem. Por isso, indagamos: **Para você, quais as principais razões do choro de crianças pequenas no cotidiano das creches e pré-escolas?**

Em seguida, nos interessava saber se havia, por parte das entrevistadas, a compreensão de que o choro comunica mais do que apenas necessidades físicas. Assim, perguntamos: **Considerando que as crianças bem pequenas não se utilizam de linguagem oral de forma eficiente para expressarem suas demandas, como você identifica as razões do choro?**

Objetivando compreender as respostas dadas aos choros dos bebês questionamos: **Como você reage diante o motivo do choro de crianças pequenas?**

Reconhecendo a importância em identificar ações julgadas como necessárias para manejo do choro infantil problematizamos: **O que você acredita ser mais eficiente para manejar o choro dos bebês e crianças bem pequenas?**

Por fim, nos interessou saber o contrário da questão anterior, questionamos: **O que você acredita que não funciona em relação ao manejo do choro dos bebês e das crianças bem pequenas?**

Os resultados obtidos através da coleta iremos apresentar a seguir.

4. RESULTADOS: POR QUE CHORAM OS BEBÊS?

Sabemos que os bebês choram por variadas razões, mas acreditamos que todas elas expressam necessidades, físicas ou afetivas, que precisam ser reconhecidas pelas educadoras no âmbito das creches. Isso porque, como bem destaca Santos (2012), o choro é a linguagem própria da primeiríssima infância, sendo a forma através da qual a criança revela seu mundo. Por isso, nos debruçamos em um estudo exploratório cujos dados serão apresentados a seguir.

4.1 POR QUE CHORAM OS BEBÊS? UM RETRATO DAS PARTICIPANTES

Correspondendo ao perfil que naturalmente se encontra em censos da educação básica (CARVALHO, 2018), que destacam que dos educadores

da infância apenas 3,2%, tivemos uma amostra 100% feminina. Com relação ao tempo de experiência, nossa amostragem está bem próxima ao perfil do professorado brasileiro que, de acordo com Carvalho (2018), têm, em média, 14 anos de experiência no magistério. Os participantes desta pesquisa, 14,9 anos de experiência. Quanto à faixa etária, estão assim distribuídas: 5 entre 31 e 40 anos; 5 entre 41 e 50 anos; 4 entre 51 e 60 anos e apenas 01 educadora acima de 61 anos.

Quanto a formação inicial encontramos uma predominância de docentes graduadas em Licenciatura em Pedagogia (10 participantes). As outras cinco participantes, quanto à formação, estão assim distribuídas: 01 formada em Psicologia, 01 em Licenciatura em Geografia e 03 com formação em Magistério de Nível Médio. Neste aspecto, nossa amostra encontra-se bastante acima da média do Perfil de Formação Profissional apresentado por Carvalho (2018). de acordo como este estudo apenas 48, 7% do professorado desta etapa da Educação Básica têm formação em nível superior.

Todas as professoras participantes que são graduadas são, também, pós-graduadas, atingindo a meta definida pelo Plano Nacional de Educação que aponta que, ao menos, 50% do professorado precisa ser pós-graduado. Assim, considerando que a média nacional de professores pós-graduados é de 35,9% (CARVALHO, 2018), encontramos em nossa amostra um perfil bem diferenciado, atingindo 80% das docentes.

Por fim, perguntamos às nossas participantes quem já havia participado de cursos de formação continuada envolvendo a temática da afetividade. Em nossa amostra, 60% afirmou ter realizado algum curso envolvendo o tema.

4.2 POR QUE CHORAM OS BEBÊS? REFLEXÕES FEITAS POR PROFESSORAS DE CRECHE.

É através do choro que a criança estabelece suas primeiras relações com o meio, construindo o elo entre ela e o mundo social. Por ser a comunicação inata, esse choro é sempre presente em instituições que se destinam à primeiríssima infância, embora, como destacam Melchiori e Alves (2004), tenda a ir se reduzindo conforme as crianças vão crescendo.

Reconhecendo que as instituições de Educação Infantil devem cuidar e educar as crianças, “assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (BRASIL, 2009, p. 17), nos debruçamos sobre as reações de educadoras

aos choros infantis, defendendo o argumento de que as formas como adultos de referência (re)agem diante das necessidades infantis é um fator constitutivo de subjetividades e, portanto, central às ações de cuidado na escola.

Desta percepção indagamos as participantes desta pesquisa sobre as razões pelas quais os bebês choram nas creches. Sabemos, como bem descrevem Melchiori e Alves (2004), que as razões pelas quais os bebês choram podem variar. Entre tais variações, algumas razões são categorizadas por estas autoras como primárias (sono, dor, mal-estar, frio, calor e fome) e razões diversas.

Vale ressaltar, ainda como destaca Santos (2012), que o choro dos bebês apresenta distinções tanto em função das questões orgânicas do desenvolvimento como, também, por interferências culturais. Do nascimento até, por volta, dos seis primeiros meses o choro está predominantemente marcado por reação involuntária, cessando, apenas, quando as necessidades são satisfeitas. Apenas após este tempo o choro pode assumir a função de teatralidade (SANTOS, 2012), demandando outras intenções relacionais. É justamente neste processo que a criança vai construindo o eu corporal e o eu psíquico.

Reconhecemos então o choro como central ao processo de constituição dos bebês, sobretudo do eu psíquico, posto que é através dele que as crianças bem pequenas ativam os adultos que lhes cuidam em relações sociais. Isso ocorre porque, o choro “promove vínculo entre os indivíduos e supre a insuficiência cognitiva nos primeiros anos de vida infantil, tendo, sempre, a provocar uma reação no outro” (SANTOS, 2012, p. 78).

Assim, nos interessou identificar como as docentes enxergavam as razões do choro, e, para tanto, foi perguntado por que choram os bebês e crianças bem pequenas. Como reflexão para esta indagação as docentes trouxeram tanto necessidades primárias e diversas (MELCHIORI; ALVES, 2004), manifestas em 13 categorias.

Tabela 1 - Razões pelas quais choram os bebês

Motivos	Nº Participantes	Percentual
Saudades da Família	7	46,66%
Comunicação	6	40%
Desconforto/Mal-estar	4	26,66%
Adaptação Escolar	3	20%
Fome	3	20%

Motivos	Nº Participantes	Percentual
Insegurança	3	20%
Medo	3	20%
Dor	2	13,33%
Necessidades de Higiene	2	13,33%
Chamar atenção	1	6,66%
Sono	1	6,66%
Fragilidade	1	6,66%
Frustração	1	6,66%

De acordo com as participantes, as principais razões primárias pelas quais crianças choram em creche são: Desconforto e/ou mal-estar, fome, sono e necessidade de higiene. As razões primárias compuseram a menor parte das explicações atribuídas aos choros, predominando razões outras, sobretudo o aspecto das crianças muito pequenas sentirem falta da família.

Vale chamar atenção para o fato de que apenas uma professora revela que o choro serve para chamar atenção, reproduzindo discursos do senso comum que tratam do choro como manipulação infantil. Reconhecendo que os bebês ainda não conservam, como destaca Piaget (2020), não é possível que as crianças façam uso do choro para alcançar a satisfação de necessidades planejadas. Embora esse seja um pequeno percentual, precisa ser destacado por ser, a escola, um espaço de profissionalização no qual o desenvolvimento infantil deve ser objeto de estudo e as ações devem se balizar na ciência. A mesma observação é válida para o dado no qual uma participante afirma que as crianças choram por frustração, visto que as crianças sensório-motoras ainda não conhecem (cognitivamente falando) suas capacidades para experimentarem frustração diante das incapacidades e a expressão que associa o choro a fragilidade, construindo ações de inibição da comunicação do bebê com mundo externo a ele.

Positivamente, é interessante notar que uma parte significativa da amostra (40%) reconhece que o choro é a comunicação, pelo bebê, de suas emoções, embora façam uso de outras expressões que relatam emoções de forma apartada da comunicação. Considerando que todo choro comunica algo, nos interessou compreender as formas como elas entendiam essa comunicação, visto que é esta compreensão dos significados dos choros que levarão ao atendimento das necessidades físicas e emocionais das crianças. Para esta questão nos disseram:

Tabela 2: Identificação dos tipos de choro

Formas de Compreensão	Nº Participantes	Percentual
Observando a criança	7	46,66%
Resposta Evasiva	6	40%
Identificando as diferentes entonações do choro	3	20%
Através da Experiência	2	20%
Acolhendo a criança	2	20%
Dialogando com a criança	2	20%

Observamos que boa parte da amostra não conseguiu responder à questão apresentada. A categoria evasiva, correspondente a 40% da amostra, demonstrando que não é simples, para as participantes, o reconhecimento acerca das razões pelas quais choram os bebês. Isso porque, não tendo fala associada, demanda interpretação total por parte do adulto que cuida e educa nas creches.

No que concerne às respostas que interpretam os choros, localizamos questões que variam desde observação de aspectos verbais próprios das crianças - como a entonação do choro, até aspectos não verbais, tais como a observação da criança em sua completude. A experiência profissional, ainda, foi trazida como um elemento importante neste aspecto.

Compreendendo que as professoras precisam acolher os choros infantis, atribuindo sentido a eles, perguntamos às participantes como elas reagiram no momento do choro infantil. Elas nos disseram:

Tabela 3: reações diante do choro

Reação diante do choro	Nº Participantes	Percentual
Buscando identificar as razões	7	46,66%
Acolhendo	4	26,66%
Tirando o foco do choro	5	33,33%
Atendendo a necessidade da criança	2	13,33%
Com calma	2	13,33%

Observamos, a partir das categorias apresentadas, que a maior parte da amostra afirmou buscar identificar as razões do choro, evidenciando a compreensão desta emoção como forma de comunicação de necessidades a serem atendidas. Entretanto, nos chamou a atenção o fato de que 33,33% das participantes destacaram que tiram o foco do choro, levando-nos a perceber que a compreensão da comunicação adulto-criança não é o foco. A este respeito Santos (2012) destaca que a inibição do choro é

comum nas creches, em parte porque as educadoras temem acusações de maus tratos, em parte porque não fomos educados a compreender o choro como comunicação. Há, portanto, uma tentativa de silenciamento bastante prejudicial à constituição das subjetividades infantis que precisa ser desconstruída nas creches.

Identificando muitas formas de reação diante do choro, perguntamos às participantes o que elas julgavam como mais eficiente. Elas nos disseram:

Tabela 4: Aspectos eficientes diante do choro

Aspectos eficientes diante do choro	Nº Participantes	Percentual
Afetividade com a Criança	8	53,33%
Atenção	7	46,66%
Conhecer a criança	6	40%
Paciência	3	20%
Colo	2	13,33%
Música	2	13,33%
Brinquedos	1	6,66%
Objetos pessoais (paninho e chupeta)	1	6,66%
Mudança de Ambiente	1	6,66%

Uma parte significativa da amostra reconhece que as crianças pequenas, quando choram, precisam de acolhimento. Assim, a afetividade é destacada pela maioria das participantes como uma dimensão importante para o acolhimento do choro infantil.

Entretanto, ainda há uma concepção presente nas respostas que precisa ser problematizada: é preciso cessar o choro tirando o foco da criança de suas emoções. Neste caso, as educadoras ignoram as sensações que levaram as crianças a chorarem, agindo para o atendimento das necessidades dos adultos: interromper o choro. Ofertar brinquedos, oferecer objetos pessoais ou, ainda, colocar música para distrair a criança correspondem, juntos, a 26,6% das participantes.

Este tipo de prática pode ser, inclusive, o que Santos (2012) traz como cegueira emocional, visto que os adultos, contagiados pelas emoções infantis e, ainda, desamparados de recursos para lidarem com as situações, não conseguem enxergar as subjetividades das crianças, silenciando-as. Vale destacar que, como princípio ético, apenas poderá acolher aqueles e aquelas que compreendem o acolhimento como valor (LA TAILLE, 2006).

Reconhecendo que algumas ações são ineficazes nos momentos de choro, perguntamos às participantes o que elas acreditavam não funcionar nas ocasiões nas quais as crianças choravam. Elas nos disseram:

Tabela 5: Aspectos ineficientes diante do choro

Aspectos ineficientes diante do choro	Nº Participantes	Percentual
Indiferença	7	46,66%
Agressividade	7	46,66%
Falta de paciência	3	20%
Pedir para criança parar	2	13,33%
Chupeta	1	6,66%

Mais uma vez os dados evidenciam que a maior parte da amostra reconhece que o acolhimento do choro é fundamental em espaços de creche. Com isso, rejeitam a indiferença, a agressividade, a falta de paciência e, até mesmo, a interrupção direta do choro. De fato, é um avanço pensarmos nestas representações, sobretudo quando sabemos que há uma cultura de violência em torno das manifestações das emoções infantis, cujas ações de adultos, muitas vezes, se baseiam em coerções e controles dos corpos das crianças.

Entretanto, quando analisamos os dados ineficazes correlacionados aos dados eficazes identificamos que a coerção direta não é valorada, mas a retirada do foco do choro ainda é bastante usada, de modo que ela precisa ser discutida, sobretudo no que concerne aos impactos para as construções subjetivas das crianças que estão, quando se comunicam nas creches, construindo representações de si.

Assim, embora os choros sejam vistos por educadores de creches de variadas formas e que a dimensão comunicativa já seja percebida em relação aos choros infantis, ainda há que se discutir a dimensão ética do cuidado e o acolhimento como parte estruturante do cuidar e educar nas creches.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS BEBÊS CHORAM PARA SE COMUNICAR E, PORTANTO, É PRECISO ESCUTAR.

Sabemos que desde o nascimento temos vários espaços de socialização como a família, a igreja, a escola/creche. Entretanto, sendo a escola um espaço de socialização secundária cuja frequência é sistemática,

faz-se necessário um olhar diferenciado para essa instituição em função do seu amplo impacto na constituição subjetiva das crianças. No bojo desta reflexão que nos interessou reconhecer as formas como educadoras de creche se relacionavam com os choros dos bebês.

Este estudo permitiu, entre tantas questões, a compreensão de que o choro é a principal forma de comunicação estabelecida entre as crianças bem pequenas e os adultos em instituições educativas. Além de comunicar necessidades físicas, o choro expressa emoções e sentimentos, devendo, sempre, ser atendido.

O atendimento ao choro se justifica, sobretudo, pelo reconhecimento de demandas afetivas de bebês, que são incapazes, em função do desenvolvimento, de conservar experiências que respondam às suas emoções, precisando, portanto, de trocas sensório-motoras capazes de dar suporte às necessidades infantis.

Nesse sentido, fazendo uso de um questionário, indagamos docentes atuantes de creches sobre as razões pelas quais ocorrem choros entre bebês. Os dados nos mostraram que há uma ampla compreensão da dimensão comunicativa do choro, embora ainda sejam necessárias maiores reflexões em torno das ações diante dessa situação comunicacional. Quando perguntadas a respeito da identificação das motivações do choro, por exemplo, encontramos dificuldades entre as participantes na compreensão motivacional do choro.

Mesmo que em pequena proporção, vale destacar que resiste nas creches concepções do senso comum, caracterizando o choro como manipulação infantil e, ainda, a retirada do foco das situações desconfortantes como formas adequadas de resolução desses conflitos.

Diante dos dados, recomenda-se que a questão comunicativa dos bebês, entre as quais o choro faz parte, faça parte das discussões em torno do cotidiano das escolas, a fim de que sejam pensadas maneiras adequadas de se lidar com as emoções infantis, sustentadas num cuidado que seja ético.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz. *A Instituição Creche: apontamentos sobre sua história e papel*. Nuances - Vol. VII- setembro de 2001.

BAECK, Heidi Elisabeth. *Estudo longitudinal de atributos acústicos do choro de bebês normais (0 a 10 meses), associados ao contexto de fome*. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf >. Acesso em 18/02/2021

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil*. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 18/02/2021.

BRASIL. *Plano Nacional De Educação - Lei Nº 13.005/2014*. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 18/02/2021.

CARVALHO, Levindo D.; NEVES, Vanessa F. A. (org.). *Infâncias, crianças e educação: discussões contemporâneas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

CARVALHO, Maria. *Perfil do professor da educação básica* / Maria Regina Viveiros de Carvalho. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. 67 p. – (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551; n. 41)

DE VRIES, R. ZAN, B. *A ética na educação infantil: o ambiente sociomoral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERREIRA, Maria. Processos de Adaptação à Creche, Interações de Bebês e Significados do Choro. In: CARVALHO, Levindo; NEVES, Vanessa. **Infâncias, crianças e educação: discussões contemporâneas**. Belo Horizonte: MG. Fino Traço, 2018.

FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUIMARÃES, Daniela. *Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética*. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., M. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LA TAILLE, Yves. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

LAKATOS, Eva. *Fundamentos de metodologia científica*. 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MELCHIOR, Lígia; ALVES, Zélia. Estratégias que educadoras de creche afirmam utilizar para lidar com o choro dos bebês. *Interação em Psicologia*, 8(1), 45-43, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONÇÃO, Maria. Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, jan./mar. 2017, v. 43, n. 1, p. 161-176, 2017.

MULLER, Fernanda; MARQUES, Rafaela; PINTO, Viviane; GOMES, Cristiane. Como bebês se comunicam enquanto interagem na creche? In: CARVALHO, Levindo; NEVES, Vanessa. **Infâncias, crianças e educação**: discussões contemporâneas. Belo Horizonte: MG. Fino Traço, 2018.

OLIVEIRA, Zilma. *O currículo na Educação Infantil: O que propõem as novas Diretrizes Nacionais?* In: Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais FFCLRP-USP e ISE Vera Cruz, 2010. p. 1-14. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilmamoraes/file> >. Acesso em: 16 abr. 2021.

OLIVEIRA, Virginia; NEVES, Vanessa. "Aqui é Lugar da Gente Ser Feliz": O Choro dos Bebês e o Enlaçamento do Outro". In: CARVALHO, Levindo; NEVES, Vanessa. **Infâncias, crianças e educação**: discussões contemporâneas. Belo Horizonte: MG. Fino Traço, 2018.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PIAGET, Jean.; INHELDER, Barbel. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

SANTOS, Núbia. *Sentidos e significados sobre o choro da criança nas creches públicas do município de Juiz de Fora/MG*, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2012.

SPADA, Ana Corina. *Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos*. REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PEDAGOGIA PERIODICIDADE SEMESTRAL – EDIÇÃO NÚMERO 5 – JANEIRO DE 2005.

TARDOS, Anna. A mão educadora. Revista INFÂNCIA. n. 11, p. 09, Budapeste, 1992.